



XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



20 a 22 de Setembro de 2018 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **16/07/2018**

Aprovado em: **19/07/2018**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2018.12.13.15>

FORTALECENDO A GESTÃO DEMOCRÁTICA DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE PENEDO/AL.
FORTALECIENDO LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA DE UNA ESCUELA ESTADUAL DE PENEDO/AL/.
STRENGTHENING DEMOCRATIC MANAGEMENT A STATE SCHOOL OF PENEDO/AL

EIXO: 13. CURRÍCULO ESCOLAR, GESTÃO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

NAYANNE LIMA ALVES, VALÉRIA CAMPOS CAVALCANTE, ANDERSON SILVA SANTOS

RESUMO - Este texto é o recorte de uma pesquisa-ação vivenciada em escola pública de Penedo no ano de 2017, através do estágio de Gestão escolar. O objetivo deste artigo é analisar o processo de (re)construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola observada. Entendendo que a construção coletiva do PPP é primeiro passo rumo a melhoria da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem na referida instituição. A metodologia aqui publicitada baseou-se em uma pesquisa-ação no qual a equipe gestora e os demais segmentos do Conselho escolar, mergulharam no cotidiano escolar traçaram ações para mudar a realidade. Sintetizando a análise dos momentos de elaboração do PPP nessa instituição percebemos que os principais avanços foram: a diagnose precisa, analisada da realidade. A presença participativa dos vários segmentos que compõem a instituição.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Escola Pública. Gestão Democrática.

RESUMEN - Este texto es el recorte de una investigación-acción vivenciada en escuela pública de Penedo en el año 2017, a través de la etapa de Gestión escolar. El objetivo de este artículo es analizar el proceso de (re) construcción del Proyecto Político Pedagógico (PPP) de la escuela observada. Entendiendo que la construcción colectiva del PPP es primer paso hacia la mejora de la calidad de los procesos de enseñanza y aprendizaje en dicha institución. La metodología aquí publicitada se basó en una investigación-acción en la cual el equipo gestor y los demás segmentos del consejo escolar se sumergieron en el cotidiano escolar trazaron acciones para cambiar la realidad. Sintetizando el análisis de los momentos de elaboración del PPP en esa institución percibimos que los principales avances fueron: el diagnóstico preciso, analizado de la realidad. La presencia participativa de los diversos segmentos que componen la institución.

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico. Escuela Pública. Gestión Democrática.

ABSTRACT - This text is the cut of an action research lived in the public school of Penedo in the year 2017, through the stage of School management. The objective of this article is to analyze the process of (re) construction of the Pedagogical Political Project (PPP) of the observed school. Achieving PPP is the first step in improving the quality of teaching and learning processes in the institution. The methodology published here was based on an unqualified action research and action manager to change reality. Synthesizing an analysis of the moments of preparation of the PPP in the taking of perceived data that the main ones were: an accurate, analyzed diagnosis of the reality. The participative presence of the various publics that make up an institution.

Keywords: Pedagogical Political Project. Public School. Democratic Management.

Introdução

Entende-se que para se alcançar a escola democrática é preciso resgatar a função social da escola pública, mobilizando seus atores e contemporizando as suas ações, enfatizando a ação coletiva neste processo. Isto resultará na melhoria da qualidade da educação, neste sentido, ressalta-se a relevância das escolas públicas construírem seu Projeto Político Pedagógico (PPP) que seja efetivamente um norte e direcional de suas ações.

A construção do Projeto Político Pedagógico instaura uma possibilidade histórica de rever a sua identidade e instalar, neste contexto, uma autonomia construída e dialogada. Ele deverá gestar-se com base no diálogo crítico/reflexivo de experiências da cotidianidade dos seus partícipes, de seus sonhos, anseios e vivências acumulados.

A natureza desta investigação configura-se como *pesquisa-ação*, que fora vivenciado no processo de Estágio em Gestão Escolar, no ano de 2017. Entendemos que a *pesquisa-ação* visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). Para Kemmis e McTaggart (1988), fazer *pesquisa-ação* significa planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais

rigorosa o que fazemos na nossa experiência diária. Em geral, duas idéias definem um bom trabalho de pesquisa: que se possa reivindicar que a metodologia utilizada adequada à situação, e que se possa garantir de certa forma um acréscimo no conhecimento que existe sobre o assunto tratado. Alguns autores que contribuíram para esta pesquisa foram: Libâneo (1990), Lima (2000), Piletti (1997), Paro (2002), Vasconcelos (2006), Veiga (1998, 2003, 2004), entre outros.

É necessário salientar que a construção de um projeto educacional deve ocorrer de maneira coletiva, como propostas e ações executáveis a curto, médio e longo prazo. No decorrer da elaboração documental, serão elencadas algumas ações que compõem o eixo vertebrado do seu processo de construção diagnosticando a realidade em seus aspectos políticos, sociais e pedagógicos, além do levantamento minucioso das concepções do coletivo da escola em relação ao trabalho pedagógico e a definição das ações da escola para implementar o Projeto Político Pedagógico.

A escola que serviu como pano de fundo para execução deste trabalho, citada anteriormente, situa-se na periferia urbana do município de Penedo, Alagoas. Utilizamos como nome fictício o termo **Pedra** para não expor os envolvidos na pesquisa. O trabalho encontra-se estruturado em três momentos: o primeiro trará o referencial teórico abordando questões inerentes as implicações do Projeto Político Pedagógico para a construção da gestão escolar democrática; o segundo mostrará as ações metodológicas para construção coletiva do projeto político pedagógico, e o terceiro dará ênfase à construção do Projeto Político Pedagógico na instituição. Será uma oportunidade de descrever o que foi feito e analisar as condicionantes que interferiram no processo de elaboração, ressaltando os fatores exógenos e endógenos que foram determinantes em sua confecção.

1. Projeto Político Pedagógico: Construindo a Escola Democrática

A Gestão Escolar é um processo político calcado na participação maciça das pessoas interessadas, com o compromisso pleno de acesso e formação de todas e todos. A gestão democrática é uma prática cotidiana que contém o princípio da reflexão, da compreensão e da transformação, exigindo a formulação de um PPP libertador. O (a) gestor (a) tem o papel de conscientizar a todas/os da importância da contribuição individual para a qualidade do todo. Observando esta nova realidade, compete principalmente a ela/e trabalhar com as diferenças e mediar conflitos.

Ao analisarmos a participação de todos os sujeitos, na gestão escolar, conseguimos compreender melhor o conhecimento do funcionamento da escola e de todas/os atrizes e atores dentro deste espaço político. O (a) estudante aprende apenas quando se torna sujeito da sua aprendizagem. Passamos muito tempo na escola, para sermos meros clientes dela. Não há educação e aprendizagem sem sujeito da educação e da aprendizagem. A participação pertence à própria natureza do ato pedagógico.

Acreditamos assim como Saviani (1986, p. 73-76) que:

Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e, extensivamente, da vida da sociedade (...); ser cidadão significa, portanto, participar ativamente da vida da sociedade moderna, isto é, da sociedade cujo centro de gravitação é a cidade.

Sendo assim, a educação escolar deve instrumentalizar o sujeito para o exercício consciente (direitos e deveres) da cidadania, na medida em que esta – a Escola - deve democratizar, com qualidade e quantidade, para todos, os conhecimentos acumulados historicamente pela humanidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação em voga - LDB 9394/96 que estabeleceu os princípios, os

rumos, os objetivos, as finalidades e a intencionalidade da educação brasileira, menciona algumas questões que devem estar evidentes no contexto do Projeto Político da escola, como: a elaboração e a execução da proposta pedagógica; dentro dos espaços educativos, a participação da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino pelo (a) docente e a criação de processos de integração da sociedade com a escola. Nesta perspectiva, a proposta pedagógica de uma escola deve estar voltada para que cada instituição de ensino consiga consolidar a sua identidade fundamentada em solidariedade, autonomia e coletividade.

Compreendemos que o Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino deve ser como uma bússola que orienta os navegantes. No que se refere à comunidade escolar, ele direciona as ações rumo a contemplar os objetivos coletivamente traçados que definem aonde se quer chegar e como fazer para se chegar lá. Ele descreve fielmente os anseios e necessidades de uma demanda, não podendo ser concebida como um construto teórico preparado por especialistas para atender a fins burocráticos, ao contrário, ele deve narrar a cotidianidade das vivências, contemporizar as ações pedagógicas e uniformizar o pensamento dos vários atores que se destacam neste cenário.

Em toda escola há uma hierarquia e cada segmento que a compõe tem seus próprios interesses. Estes se chocam ou desarmonizam com a coletividade. O grande desafio seria equilibrar todas as forças e realizar uma proposta que esteja em consonância com a coletividade que a escola procura definir. A este respeito, Gadotti (2000: p 113) elucida que:

Não se constroem um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é por isso mesmo, sim um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

Esta vertente política defendida por este autor retrata o cenário de muitas instituições. Cada escola possui uma identidade própria, uma história que possibilita definir quais as estratégias mais adequadas para inovação das ações pedagógicas de seu contexto.

Segundo Vasconcelos (2006), ao elaborar e executar o seu PPP a escola deverá destacar os fins e objetivos do trabalho pedagógico, buscando a garantia da igualdade de tratamento, do respeito às diferenças, da qualidade do atendimento e da liberdade de expressão, além de trazer anexos como: a Matriz Curricular vigente e Projetos Especiais serem desenvolvidos.

Para tanto, o Projeto Político Pedagógico, deverá estar em consonância com os princípios éticos, políticos e estéticos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, as Diretrizes Pedagógicas Municipais, as Diretrizes Ambientais e a prática da eco pedagogia, as Diretrizes Municipais para a Inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei 10639/03) e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Conforme afirma Veiga (2004, p.12) “Ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de realizar. Lançamo-nos para diante, com base no que temos, buscamos o possível”. Ele não deve ser entendido como um documento que após sua construção seja arquivado ou encaminhado às autoridades, núcleos de educação para cumprir as tarefas burocráticas, pois envolve os indivíduos presentes no processo educativo escolar, de modo que subsidia a organização do trabalho pedagógico e educativo da escola.

A este respeito, Fonseca (2004, p.53) discorre que:

Tornar as escolas eficazes passa a ser, então, a principal meta das reformas, o que por sua vez, implicava adotar também outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada em três eixos, a descentralização, a autonomia e a liderança escola.

É na busca desta descentralização e autonomia que a liderança escolar personificada nos diretores,

coordenadores, professores, pais, alunos e funcionários constroem um Projeto Político Pedagógico para que este possa dar intencionalidade às ações. Obviamente, uma atribuição desta natureza é de grande responsabilidade, porque implica a definição dos caminhos que a escola vai tomar conseqüentemente, a construção dialogada de sua autonomia criteriosamente alicerçada na democracia.

Por fim, o Projeto Político Pedagógico passa a ser concebido como um instrumento que explicita a intencionalidade da escola enquanto instituição, indicando seu rumo e sua direção. Ao ser construído coletivamente permite que os diversos atores expressem suas concepções de sociedade, escola, relação ensino aprendizagem, avaliação etc. A ótica acerca do cotidiano escolar, observando-se o tanto que a escola já, como também ela poderá vir a ser, com base na definição de objetivos comuns das ações compartilhadas por seus partícipes.

Compreendemos com Veiga (1998, p.11) que:

O projeto Político Pedagógico é o que confere identidade à escola e, por isso, precisa ser construído coletivamente por todos os segmentos que participam da vida escolar: professores, corpo técnico pedagógico, pessoal de apoio, pais, alunos e demais membros da comunidade escolar, mostrando-se democrático, abrangente, flexível e duradouro.

Em todo este cenário há muitos desafios, conflitos que necessitam ser equacionados e repensados. O espaço é heterogêneo, permeado de alteridades e cada segmento deseja levar as melhores vantagens diagnosticando, apontando os equívocos sempre para o outro. Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico, poderá ajudar a escola a trabalhar com esses desafios de forma mais sistemática, superando-os.

1. Caracterização da escola foco da investigação

A escola Pedra *lócus* da pesquisa está situada em um bairro periférico, na cidade de Penedo, Alagoas. Pertence a rede de ensino Oficial do Estado mantida pelo governo do Estado de Alagoas e subordinada técnica e administrativa a 9º coordenadoria de ensino. Funciona nos três turnos: Ensino Fundamental - Vespertino e matutino; Ensino Médio: Ensino Médio Regular Anual - matutino, vespertino e noturno e a Educação de Jovens e Adultos - Período Semestral – Noturno. A instituição contabiliza 924 alunos, atualmente, distribuídos nos horários que acontecem as aulas. O número de profissionais atua na escola é de

As condições físicas da escola apresentam uma boa estrutura, com compartimentos amplos, totalizando 54 áreas de acesso. Os espaços internos são bem arejados, divididos adequadamente para cada setor de trabalho.

A realidade dos sujeitos da comunidade escolar, quase sem exceção, é a de vítimas de situações de vulnerabilidade econômica e social, que são: pobreza, desemprego, exclusão social, insucesso escolar e certo grau de criminalidade, dificuldades de acesso a programas de saúde, cultura e lazer.

Nesta perspectiva, o Projeto Político Pedagógico é um instrumento de via dupla, ele prevê o que é necessário fazer e provoca a instabilidade no profissional que busca soluções. Aceitar a instabilidade, admitir que não haja respostas precisas, que os manuais são fontes preciosas de referência, mas não dialogam com o aluno concreto, é condição para o desenvolvimento profissional. Por isso é imperativo um programa de formação continuada, sempre estando atento (a) aos sujeitos presentes nesses espaços.

2.1. Perfil dos estudantes da Escola

É importante ressaltar que os estudantes da escola são oriundos da camada economicamente menos favorecida do município de Penedo. Os alunos têm como responsáveis agricultores, domésticos/as diaristas, pedreiros e há aqueles que são assistidos pelas bolsas família do Governo Federal como é o caso do Bolsa-Família. Estes que sobrevivem da assistência governamental forma o maior contingente escolar. Os discentes, em sua grande maioria, sentem dificuldade em acompanhar o conteúdo programático. Não há aulas de reforço o que dificulta o processo de ensino. Em casa os pais, em muitos casos são analfabetos.

Para o levantamento dos dados recorreremos ao quantitativo geral dos alunos matriculados na escola, utilizando como referência para análise os perfis das turmas que nos foram cedidos pelos respectivos professores, esses perfis foram elaborados a partir de depoimentos e produções textuais coletados em sala.

Os/as alunos/as que estão frequentando as aulas da Escola citada, podemos avaliar que são na maioria do gênero masculino – 60% homens e 40% mulheres; são aproximadamente 1507 alunos, nos dois horários, sendo 80% desses jovens e 20% adultos. Estes sujeitos são vítimas da indiferença, desemprego e do descaso, socialmente estigmatizados e excluídos, muitas vezes, vítimas ou envolvidos em casos de violência. Na escola como nos chama atenção Andrade (2006), de maneira geral são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes: repetentes, evadidos, defasados, relacionados diretamente ao chamado "fracasso escolar".

Neste contexto, os alunos enfrentam diariamente problemas relacionados à violência de todas as formas, entre elas, assaltos, assédios e venda/consumo de drogas nas regiões próximas a escola e a sua residência.

Os alunos têm como responsáveis agricultores, domésticos/as diaristas, pedreiros e há aqueles que são assistidos pelas bolsas família do Governo Federal /Bolsa-Família. Estes que sobrevivem da assistência governamental formam o maior contingente escolar. Concluímos nestas observações que a escola acaba se tornando um local de encontro e relações sociais, assim a escola torna-se um espaço democrático de convivência.

As turmas da escola são compostas de adolescentes, jovens desempregados ou trabalhando em situação informal, adultos aposentados ou que trabalham como: comerciários, donas de casa, pedreiros e porteiros, ganhando um salário mínimo ou menos. São sujeitos oriundos(as) da periferia – os jovens e muitos adultos fugitivos da seca que acomete a zona rural. Acreditamos que isso se deva a quase inexistência de políticas públicas que atendam a população do Estado e do município que gerem empregos e rendas, tanto na zona urbana como na rural.

Esses educandos e educandas se autodeclaram de cor branca e de religião católica. Isso ocorre por que esses sujeitos não reconhecem suas diversidades culturais e sociais, pois desde sempre a escola impôs um currículo único, no qual não é respeitado nem a diversidade cultural, nem a realidade dos educandos, como Giroux (1988, p. 63,64) nos alerta:

Suas peculiaridades, contradições e a qualidade do que é vivido ficam dissolvidas sob a ideologia do controle e do gerenciamento. Em nome da eficiência, os recursos e a riqueza das histórias de vida dos estudantes são ignorados.

Grande parte desses educandos tem uma história escolar marcada por múltiplas reprovações, marcados pelo fracasso. Alguns deles não se escolarizaram no tempo devido por terem sido obrigados a realizar trabalhos infantis/escravizados no período de infância. Concordamos com Silva (2005), quando ele firma que isso deve-se ao sistema de avaliação seletivo e excludente que expulsa os filhos dos trabalhadores da escola, antes que eles adquiram o nível onde se aprende as habilidades que serão exclusivas das classes dominantes.

Esses alunos são, em grande parte, filhos de mães solteiras ou separadas que necessitam trabalhar fora para garantir o sustento mínimo da família. Essa mudança familiar/social recai sobre a escola, sobretudo nas escolas da periferia, como é o caso da Escola investigada, pois é lá que esses jovens desempregados oriundos de famílias desestruturadas estão. Conseqüentemente, esses excluídos socialmente e marginalizados, possuem uma revolta interna que é o reflexo de suas vidas conturbadas e desequilibradas que acabam transferindo para as instituições onde estudam.

No horário noturno, em geral, os educandos que voltam a escola reconhecem que o aprendizado alcançado anteriormente não lhes garantiu a independência e a inclusão social desejada, percebem que seus níveis de leitura e de escrita os coloca sempre em posição de desvantagem perante aqueles que dominam essas habilidades, portanto apresentam o sentimento de incapacidade e incompetência diante da aprendizagem, entretanto, a escola finge não enxergar essa realidade tentando impor um currículo padrão desrespeitando a diversidade em nome da competitividade.

Tudo isso é reforçado pelo discurso elitista neoliberal que segundo Akkari (2001, p.186), justifica as desigualdades sociais e o triunfo dos mais fortes, culpando os mais pobres e os docentes e legitimando o poder dos administradores, dos tecnocratas e dos recursos materiais (manuais escolares). Enfim o neoliberalismo considera o mercado como única racionalidade possível.

Considerando esse contexto de precarização e profunda alienação do trabalho, além do foco no consumismo como forma de provocar um maior crescimento do capitalismo, perguntamos o quanto a escola está contribuindo ora para reforçar esse processo, ora para ser ainda um forte e mínimo elemento de resistência e emancipação dos ser humano, principalmente dos jovens.

A comunidade escolar constitui-se em grande parte de famílias que vivem próximas à escola, cuja vida econômica é baixa, muitas delas vivendo abaixo da linha da pobreza. Percebemos haver, nessa comunidade escolar um conflito em relação as suas identidades como moradores de uma “favela”, da mesma maneira, não aceitam seus vizinhos, essa afirmação é baseada nos relatos dos próprios educandos: *Eu já fui assaltada, foi um maloquêro conhecido, em outros lugares os bandidos protegem as pessoas, aqui não*”.

A partir dessas afirmativas, inferimos que eles se sentem vítimas do alto índice de discriminação e preconceito a que são submetidos quando estão fora da sua comunidade, já que, muitas vezes, para conseguir empregos, realizar compras, entre outros; necessitam omitir seus endereços. Essa difícil realidade, faz com que os moradores dessa comunidade se percebam excluídos e discriminados, pois a todo momento a sociedade com todo seu poder, auxiliada pela mídia, enfatiza a inferioridade de moradores de favelas ou grotas afirmando que eles são: desocupados e perigosos.

Negando sua identidade de favelado, “leia-se” excluído e marginal, mesmo sem perceber, esses sujeitos estão incorporando e reproduzindo o discurso da ideologia dominante, isso faz com que se mantenha o *Status quo* vigente, como afirma Bakhtin (2006, p 123):

Os sistemas ideológicos constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez sobre esta, em retorno, uma forte influência e dão assim normalmente o tom a essa ideologia. Mas, ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico vivo com a ideologia do cotidiano; alimentam-se da sua seiva, pois, fora dela, morrem.

Entretanto, todo esse processo ideológico não ocorre de forma explícita, ao contrário acontece de forma camuflada penetra no discurso e vai aos poucos sendo disseminado na sociedade sem resistência, quando percebemos já se tornou senso comum.

1. Ações metodológicas para construção coletiva do projeto político pedagógico na escola Pedra

A escola possui um universo de diferenças que resultam das ações dos seus atores. O Projeto Político Pedagógico tem três eixos que são bastante interligados. Estes devem ser entendidos como relacionados e interdependentes entre si, necessitando ser avaliados permanentemente. Com essa concepção, Vasconcellos (2006, p.22) explicita que:

No processo de mudança da realidade, apesar de haver maior solicitação de como uma pressa em se chegar logo ao o que fazer, não podemos perder de vista a necessária articulação entre a finalidade do trabalho(Marco Referencial), a análise da realidade (Diagnóstico) e as mediações propostas(Programação),pois uma mediação pode ser totalmente equivocada se não conhecermos bem a realidade em que iremos atuar ou se não tivermos clareza dos objetivos.

O marco referencial traz embutida uma leitura da realidade já posicionando a escola em busca do que se deseja e já fornece parâmetros para o diagnóstico. O diagnóstico é mais específico para conhecimento da realidade, julgamento do que é realmente necessário. Já a programação remete-se a decisão das ações que serão realizadas. É uma atividade permanente.

Neste contexto o primeiro movimento na construção do Projeto Político Pedagógico foi realizado pelo coletivo da escola formado por estes segmentos: professores, alunos, gestores, pessoal de apoio, pais e juntos foi montado a análise da realidade. Nestes encontros levaram-se em consideração questões já, anteriormente citadas, pontualidade e assiduidade dos professores, descompromisso de alguns profissionais quanto aos seus afazeres. Esta análise deixou nítida a constatação que o que se fazia não era o bastante.

Há muita coisa que poderia feita e que estavam correlacionadas com a gestão como: horários a serem estabelecidos entrega de documentos solicitados em tempo hábil, frequência dos docentes e permanência com eficiência dos trabalhadores. Há algumas questões que ficam diretamente relacionadas aos familiares entre elas: absenteísmo dos alunos, atrasos, acompanhamento na aprendizagem e um dos pontos mais significativos: a socialização que existia entre os estudantes.

O trabalho pedagógico foi muito enfatizado e ficou constado que os pais eram ausentes, os professores foram unânimes em afirmar que o ensino necessitava melhorar, que a gestão deveria ser mais descentralizada e que os processos avaliativos, ou seja, a prova é um instrumento cruel que não mensura a competência do aluno.

O terceiro e último item que foi trabalhado se remete à programação das ações que serão executadas no decorrer do ano letivo ancoradas no Projeto Político Pedagógico. Neste momento ímpar procurou-se estabelecer quais seriam as prioridades, as emergências que a escola apresentou Ações prioritárias que a instituição iria desenvolver e as pessoas ou segmentos que iriam executar.

O que diz respeito as ações prioritárias todos concordaram que a qualidade de ensino deveria melhorar, então ficou estabelecido: formação continuada para os docentes, aula de reforço à aprendizagem com a formação de uma sala de leitura com a participação coletiva de professores e alunos à pesquisa. Já no que refere as pessoas que iriam executar todos os segmentos tornaram-se partícipes no processo de formação continuada.

3. Elaboração do projeto Político Pedagógico da Escola Pedra: avanços e retrocessos

A realidade da instituição foi constatada que na comunidade escolar há muita precariedade nos

seguintes aspectos: econômicos, políticos e culturais. Economicamente, em sua grande maioria, os pais ou responsáveis são bolsistas dos programas sócias do governo, agricultores e alguns com renda de um salário mínimo adquirido através das aposentadorias ou através de trabalho assalariado como servidores públicos. Politicamente, também, não costumam participar das associações comunitárias para expressar e defender suas concepções e posicionamento.

Foram necessárias muitas incursões na comunidade e convites para que alguns pais mesmo relutantes adentrassem a escola. Outro empecilho diz respeito à equipe técnica e pedagógica da instituição. Os professores habituados com os seus afazeres pedagógicos já conclusos, resistentes à mudança de suas práxis e remetendo aos alunos, os insucessos da aprendizagem.

A gestão se preocupando em motivar, manter e avaliar o trabalho prestado à comunidade, não se pode deixar de validar a importância da prestação do serviço ao público que seja o mais ágil possível. É no cotidiano de sala de aula, dentro daquele mundo em particular, que se desenvolve o ensino. É neste contexto que os atores se enfrentam e podem se harmonizar tornando o cotidiano mais prazeroso e significativo. Espera-se muito da postura do professor, suas competências, seus posicionamentos, sua criticidade. Neste contexto, Kensky (1998, p.18) afirma que:

O professor, sempre um mestre, em um mundo em rede é um incansável pesquisador. Um profissional que se reinventa a cada dia, que aceita os desafios e a imprevisibilidade da época para melhora-se cada vez mais, que procura conhecer-se para definir seus caminhos a cada instante.

De acordo com as concepções relevantes do autor, cabe ao professor uma tarefa importantíssima: aceitar os desafios e procurar definir caminhos viáveis para o ensino que se descortina a cada dia. Todo dia, algo de imprevisível acontece e o docente ao se deparar com tais circunstâncias inusitadas deve escolher a melhor forma de se posicionar e alcançar o objetivo final em auxiliar o estudante (a) na construção do conhecimento.

Para tanto, acreditamos que o professor realmente envolvido e preocupado com a formação dos educandos apresenta, em nossa visão, pelo menos, cinco aspectos essenciais:

- domínio competente e crítico do conteúdo a ser ensinado;
- clareza dos objetivos a serem atingidos;
- domínio competente dos meios de comunicação a serem utilizados para a mediação eficaz entre o aluno e os conteúdos do ensino;
- visão articulada do funcionamento da Escola, como um todo;
- percepção nítida e crítica das complexas relações entre educação escolar e

- sociedade.

Vale insistir que a competência docente não é inata ("dom") e neutra, mas sim construída e inserida num tempo e espaço. O que significa afirmar que ela modifica nos diferentes momentos históricos, estando sempre comprometida com a formação dos educandos.

Ao avançar com o Projeto de Intervenção institucional já preparando o terreno para construção solidária e coletiva do Projeto Político Pedagógico da instituição em ênfase, detectou-se além do problema, que diz respeito à ausência dos professores, um outro ainda maior em amplitude e complexidade. Este remete à resistência do professor em capacitar-se para desenvolver melhor o seu fazer pedagógico. Esta resistência em participar de formações acontece principalmente por que estes profissionais não têm tempo disponível em sua carga horária, uma vez que se desdobram em cargas horárias triplas.

Esta capacitação a que nos referimos diz respeito não àquela disponibilizada por entidades específicas, mas as que são construídas no espaço de convivência. Discutir a formação dos

profissionais da educação escolar, no cotidiano da escola fundamental, significa, portanto, colocar a realidade no contexto mais amplo da democratização do ensino e da própria sociedade brasileira. Isto significa assumir a formação do educador em serviço, como um meio e não como um fim em si.

Contudo, vale registrar que a formação do educador em serviço não vai resolver, por si só, a questão da democratização do ensino, mas, certamente, terá uma função importante no processo de construção da Escola Pública brasileira. Uma nova Escola (não confundir com "escola nova"), democrática, necessita de educadores comprometidos para que cumpra, de maneira diferenciada, com a sua função social. Educadores competentes necessitam, sem dúvida alguma, de condições mínimas de trabalho; dentre elas, uma escola com recursos mínimos estruturais e material pedagógico para desempenhar de forma digna o trabalho docente.

O reconhecimento sobre os saberes empíricos é importante, já que estes alicerçam as trocas de informações acerca dos sucessos e insucessos vividos. Essa elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola estimulou a coordenação pedagógica da escola, pois a partir dos encontros coletivos foi possível relatar as deficiências e dificuldades de/no trabalho.

Nestes momentos, da mesma forma, houve espaço para se discutir com o corpo docente sobre os empecilhos e entraves no fazer pedagógico. Nestas ocasiões podemos também teorizar sobre as concepções de educação. Todas estas discussões tinham como principal objetivo fazê-lo enxergar que ser professor perpassa a função de apenas tornar o aluno receptáculo do saber socialmente construído.

As complexidades que envolvem o ato de ensinar e as especificidades de cada cotidiano escolar reafirmam que o professor que atua no ensino fundamental e médio deveria receber maiores atenções e acompanhamentos de seus órgãos gestores. Muitos alunos já foram expelidos desta escola por avaliações equivocadas ou vítimas de metodologias obsoletas que não desenvolveram a competência e a criatividade dos discentes. Tolhendo-lhe, a trajetória acadêmica. Sobre a função do professor Lima (2000, p.9) esclarece que:

A falta de conhecimentos sobre evolução biológica do ser humano e a deficiente formação inicial dos professores são as principais barreiras no processo de mudança. Por uma falha sistêmica, quem ensina não tem noção de como se aprende.

Observamos que alguns professores com fundamentação teórica incipiente e com embasamento científico propedêutico "absorvem" novas ideias, sem reflexão e questionamento. Instauram a prática educativa e ministram suas aulas, ancoradas em verdades absolutas que, muitas vezes, não condizem com o contexto socioeconômico no qual a escola está inserida. No decorrer dos trabalhos efetivados no projeto de intervenção, esta realidade foi constatada pela equipe gestora.

Nossa preocupação, sobretudo, com a formação do professor acontece por que compreendemos que a sala de aula é lugar privilegiado para ocorrer, de fato, a propalada e desejada democratização do ensino. Isto pode ser considerado um consenso entre os educadores progressistas brasileiros; é preciso colocar à disposição de todos os educandos o saber que apenas a elite dominante tem acesso.

Sendo assim, acreditamos que é na sala de aula e por intermédio da competência docente, que o educador escolar -professor - vai fazer a mediação ("entrar no meio") competente (crítica, criativa) entre os educandos e os conteúdos curriculares, construindo, assim, de forma sistemática e intencional, a aprendizagem de conhecimentos, atitudes e habilidades nos educandos.

Nos últimos anos, vários educadores têm abordado a importância do resgate, ou redefinição da competência docente, voltada para a construção da Escola Pública brasileira.

Dentre eles, Veiga (2003, p. 43), explicita o seguinte:

Por competência profissional estou entendendo várias características que é importante indicar. Em primeiro lugar, o domínio adequado do saber escolar a ser transmitido, juntamente com a habilidade de organizar e transmitir esse saber de modo a garantir que ele seja efetivamente apropriado pelo aluno. Em segundo lugar, uma visão relativamente integrada e articulada dos aspectos relevantes mais imediatos de sua própria prática, ou seja, um entendimento das múltiplas relações entre os vários aspectos da escola, desde a organização dos períodos de aula, passando por critérios de matrícula e agrupamentos de classe, até o currículo e os métodos de ensino. Em terceiro, uma compreensão das relações entre o preparo técnico que recebeu, a organização da escola e os resultados de sua ação. Em quarto lugar, uma compreensão mais ampla das relações entre a escola e a sociedade, que passaria necessariamente pela questão de suas condições de trabalho e remuneração.

Durante o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola pública penedense, conseguimos perceber o avanço no tocante à uma maior harmonia dentro da instituição. Notamos que todos os educadores se envolveram, chamando atenção para a direção e principalmente a coordenação da escola.

O nosso papel interventivo foi, acima de tudo, organizar a formação no espaço escolar, sendo desta forma, nos organizamos levando em consideração os seguintes pontos:

- **Tempo**- Os horários de trabalho coletivo que foram predefinidos, com duração suficiente para o desenvolvimento de estratégias formativas.
- **Organização da rotina – Priorizando** o planejamento das reuniões formativas e as atividades como observação das aulas, seleção de referências teóricas e análise dos registros da prática dos professores para que os encontros refletissem as necessidades dos docentes.
- **Conhecimento – Separação escolha e definição de materiais que estivessem dentro das temáticas discutidas nos encontros de estudos; dentro desta realidade. Foi necessário que estudássemos** as novas didáticas e as teorias que embasassem a prática docente.
- **Tato pedagógico** – na qual tentamos juntar três capacidades: a de saber ouvir, se comunicar e se relacionar - fundamentais para criarmos uma relação de confiança e respeito com a equipe.

Outro ponto positivo que podemos ressaltar sobre os encontros foi a diagnose que o grupo conseguiu realizar a respeito dos principais entraves que a instituição impunha aos educadores e educandos. Todas estas dificuldades foram explicitadas no documento. É importante ressaltar que apesar das mudanças realizadas, ainda existe a incerteza da solução dos problemas, uma vez que não há garantia por parte dos órgãos gestores da administração pública estadual em solucionar.

Sintetizando a análise dos momentos de elaboração do Projeto Político Pedagógico dessa instituição percebemos que os principais avanços foram: a diagnose precisa, analisada da realidade. A presença participativa dos vários segmentos que compõem a instituição. Os retrocessos referem-se ao processo de abstração dos problemas na medida em que foram sendo detectados. É marcante a presença da política partidária que na maioria das vezes não confere a dignidade necessária que se precisa, assim como, a falta vontade dos governantes em melhorar as condições dos munícipes que estão inseridos nesta comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico é um instrumento teórico e metodológico construído coletiva e democraticamente na instituição de ensino que explicita a intencionalidade da escola, enquanto instituição, indicando seu rumo e sua direção. Ao ser construído coletivamente permite a todos os segmentos expressar seus pontos de vista acerca do cotidiano escolar levando-se em consideração o que a instituição já é e o quanto ela poderá avançar.

A construção deste Projeto Político Pedagógico foi um processo que exigiu diálogo e persistência, porque foram muitos atores envolvidos e todos desejaram participar deste movimento importante. Configurando-se, portanto, como uma identidade que a escola possui, ofertando as diretrizes, os caminhos que necessita percorrer, visando tornar o trabalho desenvolvido em seu interior ágil, comprometido com a sociedade e voltado para atender as necessidades dos sujeitos que a ela recorrem. Foi também neste momento de confecção que se estruturou como referência do fazer pedagógico e suas normas de funcionamento.

Planejar, organizar e executar um projeto de intervenção nesta realidade não é uma tarefa simplória. Os entraves são diversos e a todo o momento surgem as inquietudes. Conhecer a realidade é relevante, e diagnosticar os problemas é tarefa fácil e acessível. Mas realizar a intervenção requer um alto grau de complexidade.

Assim, podemos afirmar que o Projeto Político Pedagógico elaborado neste contexto foi fruto do compromisso assumido em ações que se concretizam no dia-a-dia. A qualidade dessa participação foi assegurada nas discussões e na implementação de projetos e ações. O objetivo maior foi provocar mudanças significativas neste ambiente e alavancar os processos de ensino e aprendizagem respeitando as alteridades que se chocam neste universo cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação

Básica/CNE/CP 009/001. Brasília: CEB, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei 8.069/1990.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96.** Brasília: Editora do Brasil, 1996.

BAKHTIN, Michael. **Marxismo e filosofia da linguagem.** São Paulo: Editora Hucitec. 12ª Edição. 2006.

FONSECA, Marília. **As tendências da gestão na atual política educacional brasileira.** Rio de Janeiro: Editora DPA, 2004.

FONSECA, Marília. (Org.). **Dimensões do projeto político- pedagógico: novos desafios para a escola.** Campinas: Papyrus, 1998.

IBGE. Censo Demográfico 2000.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da Educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIMENO, Sacristan. **A educação obrigatória: Seu sentido educativo e social.** Porto Alegre: Editora Artmed, 2001.

GIROUX, Henry. A pedagogia radical e a política da “voz do estudante”. In: GIROUX, Henry. *Escola crítica e política cultural.* São Paulo: Cortez: autores associados, 1988.

KEMMIS, S. AND MCTAGGART, R. (eds) (1988) *The action research planner*, 3rd. Ed. Victoria: Deakin University.

KENSKY, VANI Moreira. **A profissão do professor em um mundo em rede: Exigências de hoje, tendências e construção do amanhã: Professores, o futuro é hoje.** Rio de Janeiro, tecnologia educacional, v.6, n143, out./nov.1998.p.17.

LIBANEO. José Carlos. **Democratização da Escola Pública.** São Paulo: Loyola, 1990.

LIMA, Elvira Souza. A função antropológica do ensino. **Nova Escola, a revista do professor,** São Paulo: abril, n138, p.p.9-11, dez 2000.

PARO, Vitor. **A gestão democrática da escola pública.** São Paulo: Editora Ática, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: Primeiras aproximações.** (3 ed.). São Paulo: Editora Cortez, 1986.

VASCONCELOS, Celso Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico: Do Projeto Político Pedagógico ao cotidiano de sala de aula.** (6 edição) São Paulo, Editora Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma PASSOS. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível** (10 edições). Campinas, SP: Editora Papyrus, 2004.

_____. **A. Escola: Espaço do Projeto político-pedagógico.** Campinas, SP:Papyrus, 1998. Coleção Magistério Formação e Trabalho Pedagógico.

_____ **Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória** Caderno CEDES, vol. 23 n 61, Campinas, Dec.2003.